

OAB/NOTÍCIAS – ELETRÔNICO 62

*** Natal, semanas de 17 a 23 de julho de 2006 ***

(Edição destas duas semanas: 22 páginas)

→ → **OAB/RN: ÉTICA E ADVOCACIA!** ← ←

Sem o poder da crítica, nenhum elogio é válido!

Beaumarchais



Ordem dos Advogados do Brasil
SEÇÃO DO RIO GRANDE DO NORTE
UMA INSTITUIÇÃO DE LUTAS PELO ADVOGADO, PELA JUSTIÇA E PELA DEMOCRACIA!

ARTIGO 133, DA CONSTITUIÇÃO → O advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei.

ATENÇÃO: VEJA TODAS AS EDIÇÕES DO OAB/NOTÍCIAS ELETRÔNICO NO SÍTIO DA OAB/RN.

www.oab-rn.org.br

LEIA A COLUNA "DIÁRIO DA OAB/RN" – TODOS OS SÁBADOS, NO DIÁRIO DE NATAL.

→ **OAB/RN EM AÇÃO** ←
ESTA É UMA OAB PARA O ADVOGADO
E QUE LUTA PELA JUSTIÇA E PELA DEMOCRACIA!

*Mais **SETE** eventos jurídicos, **DOIS** esportivos, **UM** de saúde e **UM** social, todos de relevante interesse para os colegas advogados e advogadas, já estão marcados para dentro em breve, com o apoio da nossa Seccional. Maiores detalhes na sessão "EVENTOS PROMOVIDOS OU APOIADOS PELA OAB/RN" – na segunda parte deste jornal:

- 1º) Curso sobre AS REFORMAS DO PROCESSO CIVIL, 17 a 20 de julho.
- 2º) QUARTA DO ADVOGADO. Dia 26 de julho.
- 3º) PELADA JURÍDICA e FEIJOADA DO ADVOGADO, dia 12 de agosto, sábado.
- 4º) XI CARREIRA JURÍDICA. Dia 13 de agosto, domingo.
- 5º) XVI ENCONTRO DOS ADVOGADOS DO RGN. De 15 a 17 de agosto de 2006.
Com palestras e mini-cursos.
- 6º) XI BAILE DOS ADVOGADOS DO RGN. Dia 18 de agosto de 2006.
- 7º) Curso de Direito Administrativo → CONTRATOS E LICITAÇÕES. De 11 a 13 de setembro.
- 8º) Curso de FILOSOFIA DO DIREITO em setembro de 2006.
- 9º) III SEMINÁRIO de DIREITOS HUMANOS. Aguardando nova data.
- 9º) I SEMANA DE PREVENÇÃO DA SAÚDE DO ADVOGADO. A ser agendado.
- 10º) Evento em comemoração aos 16 anos do ECA. Aguardando data.

→ Além de tudo isso, no **DIA DO ADVOGADO** (11 de agosto), vamos comemorar com um ato ecumênico e uma sessão solene.

→ OAB/RN EM AÇÃO ←

UMA INSTITUIÇÃO DE LUTAS PELO ADVOGADO, PELA JUSTIÇA E PELA DEMOCRACIA!

***** PRESTANDO CONTAS AOS ADVOGADOS POTIGUARES *****

→ Com o auxílio decisivo da maioria dos nossos Diretores, Conselheiros e Presidentes de Comissões, que diariamente estão na nossa Sede, esta sua OAB dos Advogados Potiguaras presta contas semanalmente do que faz. Com isso, faz um governo transparente, com a participação de todos. Veja agora o que foi feito nesta última semana de administração em prol dos advogados e advogadas do Rio Grande do Norte:

DÉCIMA-QUARTA SEMANA DE ADMINISTRAÇÃO: 10 a 16 de julho de 2006.

DIA 10 – REUNIÃO COM ENGENHEIRO SOBRE REFORMAS FÍSICAS NA OAB/RN.

- ENTREVISTA DO PRESIDENTE AO PROGRAMA “PANORAMA DO RGN”, NA RÁDIO GLOBO.

- Jornalistas OSNY REGIS e ANNA RUTH.

- Temas abordados: A lista do TRT e a participação da OAB/RN na campanha deste eleitoral deste ano.

DIA 11 – REUNIÕES E DESPACHOS ADMINISTRATIVOS NA OAB/RN.

DIA 12 – REUNIÃO DE PARTE DA DIRETORIA DA OAB/RN.

Objetivo: Providências a serem tomadas.

DIA 13 – REUNIÃO QUINZENAL DO CONSELHO SECCIONAL.

- 16 ANOS DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

- Representante da OAB: Adv. MARGARIDA SIMPLICIO, Pres. da Com. da Criança e do Adolescente.

Local: Câmara Municipal do Natal.

Promoção: Frente Parlamentar de Defesa da Criança e do Adolescente.

- PALESTRA DO PRESIDENTE NA IGREJA DE PADRE JOÃO MARIA, EM PETRÓPOLIS.

DIA 14 – REDAÇÃO FINAL E ENVIO DO DIÁRIO DA OAB/RN DO SÁBADO.

Participantes: Presidente da OAB e jornalista ANNE DANIELLE.

- ENTREGA DE APROXIMADAMENTE CEM CARTEIRAS DE ADVOGADOS E DOS CERTIFICADOS DOS QUE FORAM APROVADOS NO ÚLTIMO EXAME DE ORDEM.

Realização: Comissão de Exame de Ordem e Comissão de Eventos da OAB/RN.

Responsáveis: Conselheiros JOÃO TRAJANO e KLEBET CAVALCANTI.

Participantes: Novos advogados e aprovados no exame, advogados, familiares e Conselheiros.

Local: La Mouette Recepções (Rua Jaguarari).

Horário: 19h.

DIA 15 – PUBLICAÇÃO DO DIÁRIO DA OAB/RN, NO DIÁRIO DE NATAL.

Responsáveis: Jornalista ANNE DANIELLE e Presidente da OAB/RN.

DIA 16 – EDIÇÃO E ENVIO DO JORNAL OAB/NOTÍCIAS ELETRÔNICO, Nº 62.

Responsáveis: Pres. ADILSON GURGEL e Assessoria de Imprensa.

* * * * *

OAB / RN

*** PROGRAMA DE ATUALIZAÇÃO PERMANENTE DO ADVOGADO ***

CONSELHO SECCIONAL E LATO SENSU – ESCOLA JURÍDICA

→ → CONVIDAM VOCÊ A PARTICIPAR DO CURSO SOBRE ← ←

AS REFORMAS DO PROCESSO CIVIL

Ministrado pelo:

Professor FRANCISO BARROS DIAS, da UFRN.

No período de:

17 a 20 de julho de 2006, no auditório da OAB/RN.

Realização:

LATO SENSU – ESCOLA JURÍDICA com o apoio da OAB/RN.

Inscrições / Informações:

Fones: (84) 4008-9400 e na Lato Sensu – Escola Jurídica

* * * * *

OAB / RN

*** PROGRAMA DE ATUALIZAÇÃO PERMANENTE DO ADVOGADO ***

CONSELHO SECCIONAL E PRAETORIUM CURSOS

→ → CONVIDAM VOCÊ A PARTICIPAR DA ← ←

SEMANA SOLIDÁRIA

Com uma série de palestras ministradas pelos
professores do PRAETORIUM CURSOS

No período de:

31 de julho a 04 de agosto de 2006, no auditório da OAB/RN.

Realização:

PRAETORIUM CURSOS JURÍDICOS com o apoio da OAB/RN.

Inscrições / Informações:

Fones: (84) 3213-0333 e 3223-7777 na PRAETORIUM CURSOS JURÍDICOS

* * * * *

OAB / RN

*** PROGRAMA DE ATUALIZAÇÃO PERMANENTE DO ADVOGADO ***

→ → CONVIDA VOCÊ A PARTICIPAR DOS PRÓXIMOS EVENTOS ← ←

Curso sobre AS REFORMAS DO PROCESSO CIVIL – Dias 17 a 20/JUL

QUARTA DO ADVOGADO – Dia 26/JUL

SEMANA SOLIDÁRIA – Dias 31/JUL a 04/AGO

PELADÃO JURÍDICO – Dia 12/AGO

XI CARREIRA JURÍDICA – Dia 13/AGO

XV ENCONTRO DOS ADVOGADOS DO RN – Dias 15 a 17/AGO

BAILE DO ADVOGADO – Dia 18/AGO

CURSO DE FILOSOFIA DO DIREITO – SET

ATENÇÃO: Aviso da ABMCJ

**CONGRESSO DE DIREITO em B A R C E L O N A
Participe!**

Você terá oportunidade de conhecer a EUROPA = Barcelona, Paris e Lisboa, com opcionais para os santuários de Lourdes e Fátima, em apenas 12 dias, com excelente preço.

Saída de Natal : 05 de setembro de 2006.
Chegada em Natal: 17 de setembro de 2006.
PROMOÇÃO: ABMCJ- Associação das Mulheres de Carreira Jurídica
CONTATOS : Presidente – Lúcia Brandão = 9982.6160
COMISSÃO : - Lúcia Jales = 9407.0266
-Nadjaluce Barros = 9991.4620
-Núncia Conrado = 9481.1711
INSCRIÇÕES: ARITUBA TURISMO = 3211.0880

AGRADECEMOS AOS QUE COLABORARAM NESTA EDIÇÃO:

Advogados PAULO DUARTE (Pres. da Com. de Assuntos Culturais da OAB/RN) e RAMIREZ FERNANDES (Mossoró), além do Acadêmico VIDAL SUNCIÓN INFANTE, da UFRN, da Jornalista ANNE DANIELLE (Assessora de Imprensa da OAB/RN) e do prof. JOSÉ AUGUSTO PEREZ (Educador vinculado à UnP).

* * * * *

A TÍTULO DE EDITORIAL

ADVOGADO ATUALIZADO, ADVOCACIA VALORIZADA

Adilson Gurgel
Presidente da OAB/RN

O conhecimento é o único recurso econômico que faz sentido.

(Peter Drucker)

Para aqueles que têm apenas um martelo como ferramenta, todos os problemas parecem pregos.

(Mark Twain)

Conhecimento é o nome do jogo. Sem ele, qualquer profissional não vai adiante. Fica parado no meio do caminho. Por quê?

A resposta é que o profissional será detentor de poucas ou de uma única ferramenta, como está na observação bem humorada de MARK TWAIN (romancista americano), citada acima. E não existe uma “ferramenta” universal que resolva todos os problemas de uma vez.

A verdade que se apresenta, contudo, está com PETER DRUCKER (o pai da administração moderna): o conhecimento é o único recurso econômico que faz sentido. Mais ainda: ele afirmou que o conhecimento é o grande patrimônio do Século XXI.

A crescente-se a tudo isso o bom artigo do economista CLÁUDIO DE MOURA CASTRO, na revista Veja de 19/07/2006), intitulado “O brasileiro da Nokia” (que transcrevemos em seguida a este editorial), onde também ressalta a grande importância do conhecimento para o desenvolvimento. Aliás, tudo isso na esteira do que já dizia o próprio ARISTÓTELES, mais de dois milhares de anos atrás: somente a educação pode levar a mudanças e ao desenvolvimento social.

Com o cuidado que tem com todos advogados e advogadas do nosso Estado, a OAB/RN já fez uma séria opção por cuidar cada vez mais para que os nossos associados sejam profissionais atualizados e competentes. Somente assim teremos uma melhor advocacia, pois o primeiro dever ético do advogado é justamente este: conhecer o Direito. Caso contrário, o profissional termina entrando numa aventura jurídica, que pode prejudicar o seu cliente.

Assim sendo, uma das primeiras providências da atual administração da OAB/RN foi a criação do Programa de Atualização Permanente do Advogado. A partir daí, temos tido uma grande série de eventos, envolvendo quase todos os ramos do Direito (tanto material quanto processual). Os nossos profissionais podem ficar tranquilos que o nosso comportamento vai assim continuar, pois todos sabemos que: quando temos um advogado atualizado e bem informado, temos também uma advocacia melhor e mais valorizada.

Agora mesmo, nesta semana, vamos fazer um curso de atualização em Direito Processual Civil (17 a 20 de julho), em convênio com a Lato Sensu – Escola de Direito. Descansamos uma semana e teremos uma série de palestras, dentro da Semana Solidária (em parceria com o Praetorium Cursos). Mais uma semana de descanso e teremos o Encontro dos Advogados, com uma série de palestras de interesse da classe e alguns mini-cursos de atualização.

Além dos estudos, é importante que o advogado também saiba dar um pouco de si pela sociedade que o acolhe, fazendo algum trabalho em prol da sua classe e das pessoas que mais necessitam do nosso conhecimento.

Por isso, ao mesmo tempo em que o convidamos a participar dos eventos jurídicos para o seu aprimoramento profissional, também o convocamos a participar dos nossos muitos trabalhos em prol dos colegas e em prol da melhoria da sociedade em que vivemos, para o seu aprimoramento solidário.

Afinal, somente assim teremos um profissional mais competente e mais habilitado a prestar um melhor serviço advocatício.

Contamos com você, para o seu próprio aperfeiçoamento holístico.

Artigo

O BRASILEIRO DA NOKIA

Cláudio de Moura Castro

Economista e articulista da revista Veja

Publicado na edição desta semana (19/07/2006).

"Ecologia é o estudo dos ecos." Essa resposta foi dada em um vestibular. O candidato pode bem haver sido aprovado e estar hoje formado em direito, administração ou o que seja. Muitos bradam indignados contra tal estado de coisas, denunciando o absurdo de permitir que entre no ensino superior uma horda de quase analfabetos. Mas vejamos o outro lado.

A Nokia tem fábricas na Finlândia e também no Brasil. Imaginemos o Alvar, um típico funcionário da fábrica finlandesa, com um curso médio completo (de doze anos). Imaginemos agora o Mané, funcionário da Nokia brasileira. De quantos anos de escolaridade ele precisará para se equiparar ao Alvar do ponto de vista da sua capacidade lingüística e matemática? Por exemplo, para entender tão bem quanto o Alvar um relatório técnico.

Tomemos um graduado do nosso ensino médio público (que dura onze anos). Suponhamos que se forme bacharel em direito. Terá dezesseis anos de escolaridade.

Mas os dados do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa) mostram que um brasileiro, em média, sabe o mesmo que um finlandês com cinco anos e meio de escolaridade a menos. Tirando cinco e meio dos dezesseis anos, terminamos com dez anos e meio. Em outras e cruéis palavras, se o Mané for bacharel em direito, ainda assim não terá o nível de compreensão de leitura do Alvar, com seu reles diploma de curso médio.

O grande afluxo de alunos aos vestibulares mostra uma reação espontânea da sociedade diante de uma educação pública de péssima qualidade. Os alunos e as empresas que os contratam não têm força para mudar a educação pública. Diante de sua impotência, fazem o que podem. Ou seja, para compensar a fragilidade das escolas, passam mais anos de vida estudando.

Quatro milhões estão no nível superior, para estudar mais quatro ou cinco anos. Pelo que nos dizem as pesquisas, aprendem muito nesses anos adicionais. Seu esforço traz grandes ganhos, mesmo para os mais fracos. Lucram os próprios alunos, as empresas e a sociedade. É infinitamente melhor do que usar esse tempo para assistir a novelas ou tomar chope.

Isso é verdade, desde que paguem a conta de sua educação (em vez de ser alunos de uma universidade pública, que é muito cara para o que dela podem tirar alunos mal formados). Mas não é uma boa opção de política pública, pois alongar a permanência na escola é uma maneira pouco inteligente de substituir uma educação fraca. Contudo,

para os atores em jogo – alunos e empresas – é a única opção que resta. Diante do fracasso da escola básica, é o melhor que poderia acontecer.

Ao contrário do que se afirma, com total desconhecimento dos números, os alunos não estão sendo iludidos por promessas vãs de cursos superiores (embora haja públicos e privados de péssima qualidade). De fato, sua renda média ao longo da vida profissional representa 2,7 vezes a de um graduado do ensino médio. E sua probabilidade de ficar desempregado é entre duas e três vezes menor. Trata-se de um grande negócio. Para as empresas também é bom, pois muitos dos diplomados superiores passam a ter a preparação que poderíamos esperar de um graduado do ensino médio, em vez de permanecer semi-analfabetos.

Menos de 20% dos bacharéis em direito passam no exame da OAB. E daí? Simplesmente não serão advogados. Mas, como em muitos outros países – incluindo a França –, o curso de direito é uma excelente formação geral. Ou seja, direito é um curso que também forma advogados.

Fazemos cursos de geometria e história no ciclo básico. Nem por isso seremos geômetras ou historiadores. Antes de tudo, a educação, de qualquer nível, é um processo de desenvolvimento intelectual. Aprendemos a pensar, a ler, a escrever, a usar números. Isso tanto pode ser o resultado de cursar disciplinas como geometria ou história quanto de fazer curso superior de filosofia, direito ou economia.

Em sociedades modernas, a proporção dos que trabalham na área que corresponde ao seu diploma é cada vez menor. Isso já acontece no Brasil, onde bem menos da metade dos graduados exerce a profissão que está descrita no seu diploma (nas áreas sociais, a proporção cai para um quarto dos graduados).

Em suma, o curso superior é uma solução, diríamos, um remendo. O problema está nos níveis anteriores.

* * * * *

ATENÇÃO

PACOTE DE E-MAIL PARA OS ADVOGADOS ADIMPLENTES

Queridas colegas e prezados colegas.

A OAB/RN está lhe oferecendo um serviço de correio eletrônico, gratuitamente!

→ Para que você possa receber o seu endereço, basta estar em dia com as anuidades de sua Seccional e enviar uma mensagem para cpd@oab-rn.org.br e aguardar nossa confirmação.

* * * * *

NOTÍCIAS DA SEMANA

01. DESVIOS ÉTICOS NA ADVOCACIA SÃO EXCEÇÕES, DIZ OAB/SP

(Notícia enviada pelo advogado RAMIREZ FERNANDES, de Mossoró).

São Paulo, 10/07/2006 – “É necessário salientar que os casos de desvios éticos na advocacia representam exceções diante da universalidade da classe.” A frase é do presidente da seccional paulista da OAB, Luiz Flávio Borges D'Urso, em resposta a críticas do governador de São Paulo, Cláudio Lembo.

No dia 6 de julho, D'Urso enviou ofício à Secretaria de Administração Penitenciária para pedir que a situação no Centro de Detenção Provisória de Araraquara, interior de São Paulo, fosse regularizada com urgência.

No dia seguinte, Lembo afirmou que a entidade está fragilizada por conta do número de advogados envolvidos com o crime organizado. "A OAB tem de fazer uma grande reflexão e não simplesmente ter frases fortes contra o governo", criticou.

Em nota, D'urso disse que a idéia do pedido não era criticar o governo, "nem motivo para que o governador se sentisse amargurado". E afirmou que a OAB não está fragilizada. "Essa advocacia paulista — corajosa, pujante e ética — é que faz a OAB mais forte, inclusive para defender os primados do Estado Democrático de Direito."

Leia a nota

NOTA PÚBLICA

Inicialmente, é importante destacar que somente o presidente da OAB-SP pode se manifestar em nome da entidade. Na data de 6 de julho, a Ordem enviou ofício à Secretaria de Administração Penitenciária (SAP), solicitando providências, em caráter de urgência, para que fosse regularizada a situação no Centro de Detenção Provisória (CDP) de Araraquara. Na defesa dessa posição, portanto, não houve crítica dura dirigida ao Estado, nem motivo para que o governador se sentisse amargurado. Apenas buscou-se defender a normalização da unidade prisional no estrito cumprimento dos princípios constitucionais e legais.

A OAB-SP tem ciência de que a atual situação do CDP não foi motivada pelo Estado, mas pela ação dos próprios presos. Mas, a despeito desse fato, cabe ao Estado restabelecer condições humanas e dignas naquele presídio. O que desejamos — e acreditamos seja também o desejo do governador, da SAP e da sociedade — é que o Estado faça a contenção dos presos, privando-os apenas de sua liberdade de ir e vir. E, dessa forma, garantindo-lhes dentro da unidade prisional condições dignas, como estabelecidas na Constituição Federal e na legislação.

Ao contrário da afirmação do governador Cláudio Lembo, a OAB não está fragilizada. A OAB-SP é formada por 250 mil advogados que trabalham honestamente, dentro da lei e observando os preceitos éticos profissionais, o que vem a cada dia fortalecendo, ainda mais, essa entidade histórica, com uma folha destacada de serviços prestados à Nação. Essa Advocacia Paulista — corajosa, pujante e ética — é que faz a OAB mais forte, inclusive para defender os primados do Estado Democrático de Direito.

Quando um ou outro advogado se desvia da retidão ética, estabelecida pelo Código de Ética e Disciplina da Advocacia, tem pronta resposta do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB-SP que, com imparcialidade e isenção — garantindo a ampla defesa e o contraditório aos acusados — julga-os, punindo quem precisa ser punido. Novamente, é necessário salientar que os casos de desvios éticos na Advocacia representam exceções diante da universalidade da classe.

São Paulo, 8 de julho de 2006

Luiz Flávio Borges D'Urso

- Presidente da OAB SP

Revista **Consultor Jurídico**, 10 de julho de 2006.

02. DESEMBARGADORES MOBILIZADOS PARA MANTER SALÁRIO ACIMA DO TETO

(Notícias baixada do sítio do Conselho Federal e também publicada no da OAB/RN)

Brasília, 10/07/2006 – Salários excepcionais da toga, que ultrapassam em muito o teto de R\$ 24,5 mil que a Emenda 41/03 fixou para os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), são o mais novo desafio do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Indignados com os limites e as regras impostas pela Resolução 13, que o CNJ quer ver cumprida este mês, desembargadores estaduais preparam ofensiva no STF - instância máxima do Judiciário -, a fim de preservar seus holerites que, em muitos casos, batem na casa dos R\$ 35 mil.

O CNJ concluiu mapeamento dos contracheques da toga e fez descobertas que impressionam seus conselheiros. Salários construídos à custa de benefícios que incluem pagamento de adicionais por tempo de serviço (72% a mais sobre o salário, embora o limite autorizado pela Lei Orgânica da Magistratura seja de 35%) e vantagens - assim

rotuladas pelas próprias cortes que as adotaram - de "pé na cova" (15% a mais para os que permanecem na ativa, mesmo com tempo para se aposentar) e "cascatinha" (gratificação adicional de 25%).

O CNJ identificou nos Estados cerca de 30 penduricalhos que elevam vencimentos da toga a um patamar inacessível ao resto do funcionalismo.

Juizes ganham ajuda de custo, sexta-parte (incorporação de 1/6 sobre os vencimentos quando completam 20 anos de serviço), triênios (6% a cada 3 anos), auxílio-moradia (30%), gratificação de presidente (até 50% em alguns tribunais), verba de representação, diárias, adicional trintenário (10% após 30 anos de serviço), indenização de férias não gozadas e auxílio funeral.

A folha salarial dos magistrados pesa bastante, em geral consome de 85% a 90% do orçamento da corte. Com base nesse rastreamento, o CNJ editou a norma que inquieta magistrados. "Um estudo aprofundado e criterioso dá sustentação à resolução", disse um conselheiro.

São dois os argumentos dos magistrados que se insurgem contra a ameaça a seus ganhos: o princípio constitucional da irredutibilidade de vencimentos e o direito adquirido. Os desembargadores, muitos com 35 anos de carreira, não admitem a pecha de marajás. Alegam que seus holerites são o resultado de muito trabalho, dedicação e têm amparo em leis. Sustentam que o corte em seus subsídios será uma afronta à Carta.

O primeiro ato da mobilização da toga ocorreu há duas semanas, quando dirigentes de tribunais estaduais bateram à porta da ministra Ellen Gracie. Ela acumula a presidência do Supremo e a do CNJ. Os magistrados não foram acintosos, mas expuseram sua preocupação e ressaltaram que a Constituição lhes dá guarida.

Um conselheiro do CNJ condenou a edição de leis estaduais que contribuem para ampliar os vencimentos de juizes. "A Resolução 13 é um trabalho de interesse público em um país de tantos miseráveis. Os magistrados devem ter uma remuneração digna, mas não um escárnio".

Amazonas e Minas, os que pagam mais

Planilha encaminhada por 22 dos 27 tribunais estaduais ao CNJ, com dados atualizados até agosto de 2005, mostra que o menor salário de desembargador é em Goiás (R\$ 12,7 mil). O maior é no Amazonas (R\$ 26,2 mil), seguido por Minas (R\$ 25,7 mil) e Mato Grosso do Sul (R\$ 25,3 mil).

As informações estão sob verificação do conselho porque em muitos Estados continuam sendo aplicadas gratificações extraordinárias, algumas de caráter permanente, outras transitórias, que engordam em até 50% o contracheque de desembargadores. O CNJ estuda sanções aos dirigentes de tribunais que não acatarem a resolução. Eles poderão ser enquadrados por improbidade.

O CNJ identificou tribunais que até recentemente pagavam 10% de adicional por tempo de serviço (a cada 5 anos) e a sexta-parte, vantagens que a Lei Orgânica da Magistratura (Loman) não contempla. Alguns tribunais, sob tensão, revogaram benefícios às pressas que, no entanto, foram incorporados por quem já os recebia.

Para neutralizar o motim da toga - e sua tese sobre direito adquirido e irredutibilidade de vencimentos -, conselheiros do CNJ invocam o artigo 65 da Lei Complementar 35/79 (Loman) e a Constituição, que vedam privilégios, e decisões já tomadas pelo STF. Para o Supremo, "a remuneração do agente público tem vocação de subsistência e não de capitalização".

A Resolução 13, que dispõe sobre a aplicação do limite remuneratório constitucional e do subteto mensal aos magistrados, define que nos órgãos estaduais do Judiciário o teto é o valor do subsídio de desembargador, que não pode exceder a 90,25% do subsídio mensal de ministro do STF. Os desembargadores estaduais não podem ganhar acima de R\$ 22,5 mil.

O subsídio mensal dos juizes é constituído exclusivamente de parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação

ou outra espécie de benefício, de qualquer origem. Ficam excluídas verbas de caráter indenizatório, ajuda de custo para mudança e transporte, auxílio-moradia e funeral, diárias.

Vários tribunais não abrem mão das vantagens. Pagam bem mais amparados em leis estaduais - algumas da década de 50, ainda em plena vigência - que afrontam a palavra final do Supremo. A reportagem é de autoria do jornalista Fausto Macedo e foi publicada na edição de hoje do Estado de São Paulo.

Fonte: OAB Nacional.

03. OAB/SP QUER VISITAR AS FACULDADES

(Notícia enviada pelo Educador JOSÉ AUGUSTO PEREZ, da UnP)

São Paulo, 11/07/2006 - OAB paulista quer promover debate com estudantes. No próximo semestre, no início do ano letivo, a OAB-SP vai iniciar um novo projeto chamado OAB Vai à Faculdade que pretende levar aos estudantes de Direito um debate sobre ética, prerrogativas profissionais e Exame de Ordem. O projeto pretende levar advogados voluntários para discutir o assunto na maioria das 213 instituições de ensino superior.

Segundo o presidente da OAB paulista, Luiz Flávio Borges D'Urso, a OAB-SP detectou três grandes problemas no universo universitário de Direito: o primeiro foi a ausência da disciplina de ética na maioria das grades curriculares das faculdades. "O estudante tem de conhecer a importância da ética no exercício profissional. Para cumprir a lei e ser eficaz em sua missão, o advogado vai exercer seu múnus público balizado pela ética", afirma D'Urso.

Para o presidente da OAB SP, as prerrogativas profissionais também não constam das grades curriculares e são importantíssimas. "Se o advogado não conhece seus direitos, não pode defender os direitos dos cidadãos", explica.

Quanto ao exame de Ordem, o objetivo é debater com os estudantes de Direito sobre as deficiências das faculdades para se passar no exame, cujo índice de aprovação está reduzido a menos de 20% dos inscritos.

O projeto é integrado pelos advogados Alessandro Rostagno (presidente do projeto), Braz Martins Neto, Ivette Senise Ferreira e Mário de Oliveira Filho, como vice-presidente.

Fonte: Revista eletrônica Consultor Jurídico.

OBSERVAÇÃO: Lembramos aos colegas que, na semana passada, uma a notícia nº 04, aqui publicada (nº 61, deste jornal) tinha justamente a manchete de:

04. SÃO PAULO APROVA APENAS 9,79% NO EXAME DE ORDEM

Agora, apresentamos acima, nesta presente notícia, as providências que já estão sendo tomadas. Por coincidência, já estávamos aqui discutindo ação idêntica, junto às Faculdades de Direito. O trabalho será feito em conjunto por três comissões nossas: Exame de Ordem, Ensino Jurídico e de Apoio ao Advogado Iniciante.

04. POLÍTICA NÃO DEVE SER PROCESSO DE AFIRMAÇÃO DOS GRANDES EGOÍSMOS

(Entrevista publicada no jornal eletrônico ZENIT, do dia 11/07/2006)

BRASÍLIA, terça-feira, 11 de julho de 2006 (ZENIT.org). De acordo com o Secretário-Geral da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), a Igreja ensina que «a política não deve ser o processo de afirmação dos grandes egoísmos, nem da cultura de morte, nem das discriminações».

Por outro lado, afirma Dom Odilo Pedro Scherer, «é papel da Igreja a formação da consciência ética e o estímulo para que os cristãos leigos e leigas participem ativamente da política, como cidadãos deste mundo».

Dom Odilo Scherer concedeu entrevista à assessoria de imprensa da CNBB sobre o tema das eleições 2006 no Brasil e as orientações do episcopado nesse contexto.

--Há pessoas, dentro e fora da Igreja, que pensam em separado Igreja e política. Dizem até: a Igreja não deve se envolver em coisas de política. O que dizer sobre esta mentalidade?

--D. Odilo Scherer: A Igreja, como Instituição, não vai indicar candidatos nem vai estar neste ou naquele partido. Porém os cristãos são membros da sociedade e, enquanto cidadãos, são sujeitos políticos e não deixam de fazer política, quer participando ativamente, quer se abstendo. A abstenção do processo político também é atitude política, porque significa deixar seu espaço para outros. Recordo a palavra recente do papa Bento XVI, na encíclica Deus caritas est: Não dá para separar demais a fé da política. A fé bem vivida tem implicações políticas porque pleiteia um certo modo de viver e de conviver em sociedade, ou seja, uma atitude política. A observância dos mandamentos da lei de Deus e o reconhecimento de Deus, como Pai de todos os seres humanos, sem distinção, não podem deixar-nos indiferentes em relação a tudo o que acontece ao nosso redor. Requerem a proposta de um modelo de convivência social, de modelo de economia e de política econômica, a defesa da vida e da dignidade da pessoa, a defesa da família, a justiça social, a liberdade...

--Em clima eleitoral, lembramos as Diretrizes da ação evangelizadora da Igreja no Brasil 2003-2006, no parágrafo 169, em que se lê: "A participação política dos católicos se inspira numa dupla fidelidade: à própria natureza da política, realidade criada por Deus e dotada de legítima autonomia, e à própria vocação cristã, iluminada pela palavra do Evangelho. Comente, por favor?"

--D. Odilo Scherer: A fidelidade a Deus é expressa na consciência e nas nossas decisões interiores; mas também na coerência de nossa vida diária com o desígnio de Deus sobre este mundo. O Concílio Vaticano II, na Constituição Pastoral Gaudium et spes, sobre a Igreja no mundo contemporâneo, afirma algo muito sério: que o cristão não deve se abster de participar da construção deste mundo de acordo com os valores da justiça, da solidariedade e da fraternidade. Não deve se refugiar num nível abstrato de vivência espiritual, sem cumprir os seus deveres como cidadão deste mundo. Se o fizesse, estaria falhando gravemente com seu dever e até pondo em risco sua salvação eterna, porque estaria faltando a caridade para com o próximo e seu dever para com Deus. Isso é muito forte! Quer dizer que a participação dos cristãos na construção da sociedade não deve ser vista como uma coisa opcional e separada da religião. Não dá para pensar em praticar a fé, sem o empenho em participar na construção do mundo como Deus quer. Muitas vezes lamentamos, que as coisas vão mal; mas precisamos fazer a nossa parte e unir nossas vontades e esforços em torno de um projeto que conduza para o bem.

--O Papa Paulo VI, na Carta Apostólica Octogesima Adveniens, afirmava: "A política é uma maneira exigente - se bem que não seja a única - de viver o compromisso cristão a serviço dos outros" (Octogesima Adveniens, 46). Podemos dizer que este compromisso cristão é nosso e dos políticos? Os bispos, padres e religiosos não são partidários. Qual é então a missão da Igreja no campo político?

--D. Odilo Scherer: Se o padre ou bispo toma partido diante da comunidade, isso acaba criando divisões na própria comunidade. A Igreja sempre orienta que os seus representantes estejam acima dos partidos.

--Qual é a missão da Igreja no campo político?

--D. Odilo Scherer: A Igreja, como Instituição, deve ajudar a fornecer critérios éticos para as escolhas e a ação política: a justiça, a solidariedade, a dignidade humana, o respeito à pessoa, a defesa e a inclusão dos membros mais frágeis e desprotegidos da sociedade; coerente com isso, a Igreja ensina que a política não deve ser o processo de afirmação dos grandes egoísmos, nem da cultura de morte, nem das discriminações. Por outro lado, é papel da Igreja a formação da consciência ética e o estímulo para que os cristãos leigos e leigas participem ativamente da política, como cidadãos deste mundo.

--A CNBB está lançando um documento de Orientações para as Eleições de 2006. Qual o conteúdo destas Orientações para os cristãos?

--D. Odilo Scherer: Primeiramente, lança-se um olhar sobre a realidade brasileira e mundial; colocam-se em evidência as grandes questões que deveriam ser objeto do debate e das preocupações políticas e iluminar as escolhas dos eleitores; fala-se das grandes necessidades e demandas sociais, das questões que deveriam merecer a atenção especial dos governantes e legisladores. A Campanha eleitoral deveria servir para promover grandes debates sobre o que é importante para o Brasil, qual rumo o Brasil deveria tomar, que projeto de Nação deveríamos ter em mente. Depois, à luz da ética e daquilo que nós acreditamos, apresentam-se critérios para avaliar os projetos e os candidatos a cargos executivos e legislativos, para ver se eles vão colocar as grandes questões nos seus programas de governo e de atuação no Poder Legislativo. Em terceiro lugar, este documento apresenta algumas sugestões para a organização e a ação do povo para participar do processo político de maneira mais efetiva.

--Há também recomendações para os candidatos?

--D. Odilo Scherer: Sim, os candidatos que queiram o apoio do povo, devem confrontar-se com uma série de questões, que são elencadas no documento.

--Como foi a elaboração deste texto de orientações para o ano eleitoral?

--D. Odilo Scherer: O texto foi elaborado e discutido pelo Conselho Episcopal Pastoral (CONSEP) e, novamente, pelo Conselho Permanente da CNBB, que o aprovou e decidiu sua publicação. O texto está disponível nas Livrarias e pode também ser encomendado através do CPP, Centro de Pastoral Popular (0800-61-2226 ou 61-3248-4166; www.cpp.com.br; e-mail: cpp@cpp.com.br).

05. INSS: DECISÃO JUDICIAL TIRA ADVOGADO DAS FILAS

(Notícia enviada pelo colega PAULO DUARTE, Pres. da Comissão de Assuntos Culturais)

Belém, 14/07/2006 – O presidente da Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) do Pará, Ophir Cavalcante Junior, elogiou o teor da liminar concedida pelo juiz federal substituto da 5ª Vara do Estado, José Gutemberg de Barros Filho, que garantiu aos advogados paraenses o direito de não ter que entrar em filas nas agências do INSS, enquanto no exercício da profissão. "É uma vitória contra o tratamento desrespeitoso ao direito do cidadão em ter um advogado em sua defesa, sobretudo ao segurado do INSS, que tem sido vítima de uma política restritiva de seus direitos".

A petição inicial da ação havia sido redigida pela vice-presidente da OAB-PA, Angela Salles, e assinada por Ophir Cavalcante Junior. A batalha judicial durou pouco mais de um ano. Agora, advogados, no exercício da profissão, não precisam mais entrar em filas. A liminar garantiu, ainda, o ingresso dos advogados em qualquer agência do INSS, dentro do horário de expediente, "ainda que fora daquele estipulado para atendimento ao público em geral, e o atendimento especial para protocolo de petições e para o acesso, independentemente de filas e recebimento de fichas, aos autos de procedimentos administrativos(...)".

O juiz José Gutemberg de Barros Filho concedeu prazo de trinta dias para que o INSS adote as medidas necessárias ao cumprimento da decisão, sob pena de multa.

Fonte: OAB/Nacional.

06. SUPREMO RECONHECE NATUREZA ALIMENTAR DE HONORÁRIOS

(Notícia enviada pelos colegas PAULO DUARTE, Pres. da Comissão de Assuntos Culturais da OAB/RN, e RAMIREZ FERNANDES, além do acadêmico VIDAL SUNCIÓN INFANTE, da UFRN)

O Supremo Tribunal Federal reconheceu a natureza alimentar dos honorários advocatícios. A decisão é da 1ª Turma, ao julgar Recurso Extraordinário do advogado José da Paixão Teixeira Brant contra acórdão do Superior Tribunal de Justiça.

O ministro Marco Aurélio considerou que o enfoque dado pelo STJ ao interpretar o artigo 100, parágrafo 1º, a, da Constituição Federal, não merece subsistir. Segundo ele, deve prevalecer a regra básica do artigo 100, em que "constata-se a alusão ao gênero 'crédito de natureza alimentícia'".

Para o ministro, "os profissionais liberais não recebem salários, vencimentos, mas honorários e a finalidade destes não é outra senão prover a subsistência própria e das respectivas famílias". Com isso, determinou a reclassificação do precatório como de natureza alimentícia.

O STJ negou provimento a Recurso Ordinário em Mandado de Segurança impetrado pelo advogado. Brant impetrou o Mandado de Segurança contra ato de natureza administrativa praticado por servidores da divisão de precatórios do Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Ele alega que o seu precatório foi incluído indevidamente na listagem ordinária para pagamento parcelado. Os argumentos foram rejeitados no STJ, mas acolhidos pelo Supremo. RE 470.407

07. ADVOGADA SUSPEITA DE VÍNCULO COM O PCC OBTÉM O DIREITO DE PERMANECER CALADA

(Notícia enviada pelo acadêmico VIDAL SUNCÍON INFANTE)

Brasília, 12/07/2006 – O STF (Supremo Tribunal Federal) expediu salvo-conduto para que a advogada Libânia Catarina Fernandes Costa tenha o direito de permanecer em silêncio, ao prestar depoimento marcado para esta quarta-feira (12/7), às 14hs, na CPI do Tráfico de Armas. A decisão liminar é da ministra Ellen Gracie, presidente do tribunal, que analisou o pedido feito no habeas corpus impetrado pela defesa da advogada.

Segundo a assessoria do STF, Libânia Catarina sustenta que foi convocada pela comissão devido ao seu suposto envolvimento, segundo o Ministério Público paulista, com a facção criminosa PCC (Primeiro Comando da Capital). Ela já responde a ação penal perante a 13ª Vara Criminal de São Paulo, com interrogatório judicial já designado.

A defesa alegou que, por ter sido convocada pela CPI na condição de testemunha, "poderá fazer prova contra si, se assim for inquirida, fato que vilipendia o mandamento constitucional insculpido no artigo 5º, inciso LXIII, pois ninguém está obrigado a se auto-incriminar".

A presidente do STF, ao analisar o pedido da advogada, observou que ela responde na Justiça pelas acusações de suposta prática dos delitos de quadrilha, motim de presos, dano e seqüestro (respectivamente artigo 288, parágrafo único; artigo 354; artigo 163, inciso III; 148, parágrafo 2º, do Código Penal). "Tudo indica, portanto, que a Sra. Libânia Catarina Fernandes Costa prestará declarações na qualidade de investigada, e não como testemunha", afirmou Ellen Gracie.

A ministra ressaltou o entendimento firmado pela Corte de que as Comissões Parlamentares de Inquérito detêm o poder instrutório das autoridades judiciais. Entretanto, segundo a presidente, as comissões devem se ater aos mesmos limites formais e substanciais que cabem aos juízes, entre os quais os derivados da garantia constitucional da não-auto-incriminação.

Ellen Gracie deferiu a liminar, para que Libânia Catarina seja dispensada de firmar termo de compromisso legal de testemunha, ficando-lhe assegurado o direito de se calar sempre que a resposta à pergunta, a critério dela, ou de seu advogado, possa atingir a garantia constitucional de não-auto-incriminação.

08. NA BELINDA, ADVOGADOS DISCUTEM SEU PAPEL

(Notícia publicada no jornal O GLOBO e baixada do boletim eletrônico CM NEWS, de 15/07/2006)

Rio de Janeiro, 15/07/2006 – O envolvimento de advogados com a facção criminosa que ordenou a onda de violência em São Paulo deixou a categoria na berlinda. Cinco advogados criminalistas ouvidos pelo GLOBO divergem ao analisar os motivos e o impacto da notícia de que profissionais teriam usado a prerrogativa da função para ajudar criminosos.

A lentidão nos ritos de punição dos advogados acusados de aderir às fileiras do crime e a proliferação dos cursos de direito sem a adequada preocupação com a qualidade contribuem para a formação de maus profissionais, na avaliação de dois especialistas. A saída: aumentar as punições e tornar obrigatório o ensino da ética nas universidades.

Para os defensores da categoria, no entanto, o número de casos de maus advogados ainda é pequeno. As notícias, para eles, são fruto de uma campanha contra profissionais do direito. De um lado ou de outro, todos concordam: os advogados deveriam ser submetidos, como qualquer outro cidadão, a revistas eletrônicas em presídios. A revista manual, como é feita na maioria das penitenciárias, porém, desagrada a todos os profissionais ouvidos pelo Globo.

Fonte: O Globo.

* * * * *

NOTÍCIAS do CONSELHO FEDERAL e da OAB/RN

01. CONSELHO FEDERAL.

ROBERTO ANTONIO BUSATO	Presidente
ARISTÓTELES DUTRA DE ARAÚJO ATHENIENSE	Vice-Presidente
RAYMUNDO CEZAR BRITTO ARAGÃO	Secretário Geral
ERCÍLIO BEZERRA DE CASTRO FILHO	Secretário Adjunto
VLADIMIR ROSSI LOURENÇO	Diretor Tesoureiro

01.1 CONSELHO FEDERAL MANDA OUVIR A OAB/RN.

Natal, 10/07/2006 – Na última segunda-feira, o Presidente Seccional enviou para o Conselho Federal as informações solicitadas, em virtude de denúncias (infundadas) feita por um Membro Honorário Vitalício. O conteúdo da denúncia e a resposta do Presidente estão sendo também encaminhadas aos Conselheiros Seccionais, para conhecimento e para as providências que entenderem necessárias.

01.2 NOVA DENÚNCIA ESTA SENDO RESPONDIDA.

Natal, 13/07/2006 – O Presidente em Exercício do Conselho Federal, Cons. ERCÍLIO BEZERRA DE CASTRO FILHO, mandou ouvir esta Seccional sobre nova denúncia feita. Desta vez o denunciante foi um colega que, baseado meramente em reportagem de um jornal, denunciou a OAB/RN por está celebrando convênios indevidos. A resposta já está sendo encaminhada ao Conselho Federal e ao colega, mostrando inexistir qualquer convênio aprovado pelo Conselho Seccional, com relação a entidades que estão sendo investigadas pelo Ministério Público.

02. CONSELHO SECCIONAL.

oabrn@oab-rn.org.br e oab-rn@oab-rn.org.br

Presidente:	ADILSON GURGEL DE CASTRO
Vice-Presidente:	PAULO COUTINHO FILHO
Secretário:	WLADEMIR CAPISTRANO
Secretária Adjunta:	MARIA ALVES ROSADO

Tesoureiro: MARCÍLIO MESQUITA

CALENDÁRIO DE REUNIÕES
HORÁRIO e LOCAL: 17h, na sede da OAB/RN

JULHO		27
AGOSTO	03	24
SETEMBRO	14	28
OUTUBRO	11	26
NOVEMBRO	09	23 ou 30
DEZEMBRO	07	21

02.1 CURSO SOBRE AS REFORMAS DO PROCESSO CIVIL.

→ O juiz federal Francisco Barros Dias ministrará curso sobre as Reformas do Processo Civil no período de 17 a 20 de julho (segunda à quinta-feira), das 19h às 22h, no auditório da OAB/RN. O evento será realizado pela LatoSensu - Escola Jurídica em mais uma parceria com a OAB/RN e com a Escola Superior de Advocacia. Mais informações e inscrições: 3201.7689 ou 9431.6525.

02.2 MULHER ADVOGADA.

→ A Comissão da Mulher Advogada, presidida pela advogada Ana Thereza Albuquerque, decidiu visitar a carceragem feminina em Natal, como também as jovens infratoras do CEDUC e FUNDAC. O objetivo é detectar as necessidades das detentas, tanto em relação à questão jurídica como também social, para preparar um projeto, com estratégias a fim de melhorar a situação, que será lançado na Semana do Advogado.

02.3 VEM AÍ A XVI SEMANA DO ADVOGADO.

→ Com o objetivo de preparar e realizar um grande evento, a OAB/RN está realizando reuniões preparatórias da Semana do Advogado, deste ano. A programação contará com um ato ecumênico e solenidade em homenagem ao advogado, no seu dia – 11 de agosto; a Carreira Jurídica – 13 de agosto; o Encontro dos Advogados 15 a 17 de agosto; e a Festa do Advogado – 19 de agosto.

02.4 ASSISTÊNCIA JURÍDICA ABRE CAMPO DE ESTÁGIO.

Convênio firmado entre OAB/RN e o departamento de serviço social da UFRN, proporcionará, a partir de agosto, a inclusão de quatro estagiários do curso na equipe de trabalho da Assistência Judiciária – AJURI desta Seccional. Os novos estagiários farão avaliação das condições socioeconômicas das pessoas que procuram o serviço de assistência gratuita da OAB/RN. No primeiro semestre de 2006, Assistência Judiciária da OAB/RN realizou 1.830 atendimentos. O serviço de assistência gratuita está em recesso, mas já está marcando atendimento para a volta das atividades que ocorrerá no início de agosto.

02.5 ENTREGA DE CERTIFICADOS.

Os certificados dos aprovados no primeiro Exame de Ordem de 2006 foram entregues em solenidade realizada no La Mouette Recepções. Após a solenidade, houve uma festa comemorativa ao grande evento.

Por oportuno, lembramos a todos que a primeira fase do segundo Exame de Ordem deste ano será realizado no dia 20 de agosto. Na próxima semana, deverá ser publicado o edital de abertura das inscrições dos candidatos.

02.6 PLANEJAMENTO PARA JULHO DE 2006:

- A MARCAR: Reunião bimensal da Diretoria com o Presidente do TRT da 21ª Região.
20: Dia Internacional da Amizade.
23: Em 1993: chacina de oito crianças, na calçada da Igreja da Candelária(RJ).
26: Reunião de Diretoria.
27: Reunião do Conselho Seccional. Apresentar balancete do mês anterior.
27 e 28: Reunião do Colégio de Presidentes Seccionais, em Aracaju, SE.

03. CONSELHO SUBSECCIONAL DE MOSSORÓ. oabmossoro@oab-rn.org.br
Pres. PAULO LUIZ GAMELEIRA.
Vice-Pres. JOSÉ SEVERINO DE MOURA.

CALENDÁRIO DE REUNIÕES
HORÁRIO e LOCAL: 17h00 na sede da OAB/Mossoró

04. SUBSECCIONAL DE CAICÓ. oabcaico@oab-rn.org.br e oabcaicorn@bol.com.br
Pres. JOÃO BRAZ DE ARAÚJO

04.1 PRESIDENTE PRESTIGIA ENTREGA DE CARTEIRAS E CERTIFICADOS.

→ Mais uma vez o nosso Presidente da OAB/RN, Dr. JOÃO BRAZ demonstra sua liderança e dedicação à OAB/RN. Na última sexta-feira, ele prestigiou a entrega de novas carteiras e dos certificados aos aprovados no último exame de ordem. Depois, embora um pouco cansado da viagem, ficou por algum tempo na festa comemorativa, juntamente com sua esposa Valdete.

04.1 SEMANA DO ADVOGADO, EM CAICÓ.

→ A OAB/Caicó, também já está se preparando para a Semana do Advogado. Nesta semana, ela estará reunida para discussão sobre as comemorações que ocorrerão em agosto e, na oportunidade, também será discutida a proposta de realizar um mutirão para dar agilidade aos processos de execuções penais no Presídio Regional do Seridó, em Caicó.

05. CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS ADVOGADOS DO RN – CAARN.
Pres. PAULO EDUARDO TEIXEIRA

05.1 PRESIDENTE PRESTIGIA ENTREGA DE CARTEIRAS E CERTIFICADOS.

→ O Pres. PAULO TEIXEIRA foi uma das ilustres figuras presente à solenidade de entrega de carteiras e certificados, ocorrida na última sexta-feira.

06. COLÉGIO DE PRESIDENTES DE COMISSÕES.
Coordenação da Vice-Presidência da OAB/RN.

CALENDÁRIO DE REUNIÕES
HORÁRIO e LOCAL: 17h15 na sede da OAB/RN

AGOSTO	01
SETEMBRO	05
OUTUBRO	03
NOVEMBRO	07
DEZEMBRO	05

AVISO → Solicitamos encarecidamente aos presidentes de Comissões que COMPAREÇÃO a nossa reunião do próximo **dia 01 DE AGOSTO**.

07. COMISSÃO DE ACESSO À JUSTIÇA.
Pres. Adv. MANOEL MATIAS FILHO

CALENDÁRIO DE REUNIÕES
HORÁRIO e LOCAL: 17h00 na sede da OAB/RN
(Sempre às quartas-feiras, a cada quinze dias)

JULHO	AGOSTO	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.
12 e 26	09 e 23	06 e 20	04 e 18	01 e 22	06

07.1 O PRES. MANOEL MATIAS MARCOU AUDIÊNCIA COM A PRESIDÊNCIA DA OAB.

→ Objetivando tratar de vários assuntos de sua comissão, inclusive ações que já estão sendo implementadas, o Pres. Manoel Matias marcou uma audiência com o Pres. da OAB/RN. O objetivo é juntar esforços para fazer o melhor em prol do advogado.

08. COMISSÃO DOS ADVOGADOS PUBLICOS – CAP. advocaciapublica@oab-rn.org.br
Pres. Adv. ALEXANDRE FREDERICO DA CÂMARA NASCIMENTO.

09. COMISSÃO DE APOIO AO ADVOGADO INICIANTE. jovemadvogado@oab-rn.org.br
Pres. Adv. MANUEL NETO GASPAS JUNIOR.

09.1 COMISSÃO PREPARA NOVA QUARTA DO ADVOGADO:

→ A próxima *Quarta do Advogado* deve ser realizada na próxima semana, no dia 26 de julho. Dificuldades com as férias acadêmicas não permitiram o desenvolvimento esperado pela comissão. Em breve, tudo estará resolvido.

10. COMISSÃO DO ADVOGADO TRABALHISTA. comatra@oab-rn.org.br
Pres. Adv. SILVIO CAMARA DE OLIVEIRA

10.1 PRESIDENTE DA ANAT PRESTIGIA ENTREGA DE CARTEIRAS E DOCUMENTOS.

→ Mais uma vez o presidente da ANAT está presente a eventos da OAB/RN. Desta feita, o Presidente JOSÉ AUGUSTO AMORIM esteve presente em todos os momentos da entrega de certificados e carteiras de advogados.

11. COMISSÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. criancaeadolescente@oab-rn.org.br
Pres. Adv. MARGARIDA SIMPLÍCIO

11.1 16 ANOS DE APLICAÇÃO DO ECA.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) completou 16 anos, na última quinta-feira. Para lembrar a data, a Frente Parlamentar da Câmara Municipal realizou sessão solene com a participação da OAB/RN, através da Comissão dos Direitos da Criança e do Adolescente, presidida pela advogada Margarida Simplício. Na ocasião, foi destacado o atendimento da nossa Comissão que, este ano, já superou o atendimento realizado em 2005.

12. COMISSÃO DE DEFESA DAS PRERROGATIVAS DO ADVOGADO.
Pres. Adv. MARCÍLIO MESQUITA
prerrogativas@oab-rn.org.br

13. COMISSÃO DE DEFESA DO CONTRIBUINTE – CDC.

(Em processo de instalação)

14. COMISSÃO DE DIREITO À SAÚDE – CDS. saúde@oab-rn.org.br
Pres. Cons. VALDERICE NÓBREGA

15. COMISSÃO DAS RELAÇÕES DE CONSUMO. consumidor@oab-rn.org.br
Pres. Adv. RAISSA GOIS
Vice-Pres. Adv. LAWANA COCENTINO.

16.1 PRESIDENTE DESTA COMISSÃO PRESTIGIA ENTREGA DE CARTEIRAS E DOCUMENTOS.

→ A ilustre Pres. RAISSA GÓIS esteve presente na nossa solenidade de entrega das carteiras aos novos advogados, bem como dos certificados de aprovação no último exame de ordem.

16. COMISSÃO DE DIREITO DA INFORMAÇÃO. informaticajuridica@oab-rn.org.br
Pres. Adv. HALLRISON DANTAS

17. COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS – CDH. direitoshumanos@oab-rn.org.br
Pres. Cons. VALÉRIA SOBRAL PESSOA valeriapessoa@oab-rn.org.br

CALENDÁRIO DE REUNIÕES - 2006

TERÇA- FEIRA às 16:00h na OAB

AGOSTO	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.
08	05	03	07	05

18. COMISSÃO DE ENSINO JURÍDICO – CEJ. ensinojuridico@oab-rn.org.br
Pres. Cons. RAIMUNDO ALVES DE SOUZA JR.

18.1 III ENCONTRO DE ENSINO JURÍDICO VAI SER EM MOSSORÓ.

→ Atendendo pleito dos professores de Direito de Mossoró, esta Comissão concordou em levar para a Capital do Oeste o próximo Encontro de Ensino Jurídico. Os entendimentos iniciais conduzem para os dias 24 e 25 de agosto, com o apoio de TODAS as faculdades de Direito de Mossoró.

18.2 I CURSO DE FILOSOFIA DO DIREITO.

→ Em virtude do grande trabalho que está tendo com a realização do II Encontro de Ensino Jurídico, esta Comissão preferiu adiar o curso de Filosofia do Direito, inicialmente programado para a segunda semana de Julho, para ser realizado no próximo mês de Setembro. O Prof. LUIZ GONZAGA, da UnP, será o ministrante do importante evento.

18.A FACULDADES DE DIREITO

18.A.1 **CAMARA CASCUDO** →

18.A.2 **FAL** →

18.A.3 **FARN** →

18.A.4 **FACEX** →

18.A.4 **MATER CHRISTI** →

18.A.5 **UERN** →

18.A.6 **UFRN** →

18.A.7 **UNP** →

→ ATENÇÃO: Solicitamos aos **ilustres coordenadores dos diversos Cursos de Direito do Estado** que nos mandem suas informações para transmitir aos colegas advogados.

19. COMISSÃO DE ESTÁGIO E EXAME DE ORDEM. examedeordem@oab-rn.org.br
Pres. Cons. JOÃO MARIA TRAJANO SILVA

19.1 SEGUNDO EXAME DE ORDEM DESTE ANO.

→ E já está marcada a data da primeira prova do segundo exame de ordem deste ano. Ela será realizada no próximo dia 20 de agosto. O edital de inscrições deverá ser publicado no próximo dia 20 deste mês.

20. COMISSÃO DE EVENTOS JURÍDICOS E SOCIAIS. eventosjuridicos@oab-rn.org.br
Pres. Cons. RUBIA LOPES QUEIROZ
Vice: Cons. KLEBET CAVALCANTI

20.1 COMISSÃO PREPARA SEMANA DO ADVOGADO:

→ Com o objetivo de preparar e realizar um grande evento, esta Comissão já está realizando suas reuniões preparatórias da Semana do Advogado 2006, que compreende agora quatro eventos: (1) um ato ecumênico e solenidade em homenagem ao Advogado, no seu dia – 11 de agosto; (2) a Carreira Jurídica – 13 de agosto; (3) o Encontro dos Advogados 15 a 17 de agosto; e (4) a Festa do Advogado – 19 de agosto. Nesta semana, teremos a primeira reunião para definir tudo da XI Carreira Jurídica.

21. COMISSÃO DE INTERIORIZAÇÃO. integracao@oab-rn.org.br
Pres. Cons. JOSÉ VARELO JALES.

22. COMISSÃO DA MULHER ADVOGADA. mulheradvogada@oab-rn.org.br
Pres. Adv. ANA THERESA COSTA DE ALBUQUERQUE.

23. COMISSÃO DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA.
portador.deficiencia@oab-rn.org.br

24. COMISSÃO DE SELEÇÃO – CS. selecao@oab-rn.org.br
Pres. Cons. CÉSAR AUGUSTO DA COSTA ROCHA

ENTREGA DE CARTEIRAS sempre na quinta-feira, às 16:30h, na OAB/RN.

25. COMISSÃO DAS SOCIEDADES DE ADVOGADOS. sociedade.adv@oab-rn.org.br
Pres. Adv. COSTA BARROS

26. COMISSÃO DE DIREITO AMBIENTAL..
Pres. Adv. RICARDO JOSÉ MARANHÃO ALVES

27. ESCOLA SUPERIOR DA ADVOCACIA – ESA. esa@oab-rn.org.br
Diretor: Conselheiro PAULO COUTINHO FILHO.

28. TRIBUNAL DE ÉTICA E DISCIPLINA – TED. tribunaldeetica@oab-rn.org.br
Pres. Prof. LÚCIO TEIXEIRA DOS SANTOS

29. ASSISTÊNCIA JURÍDICA GRATUITA – AJURI. assistenciajudiciaria@oab-rn.org.br
Coord. Adv. JOÃO FREIRE

30. NOTÍCIAS SOCIAIS

* Em nossas anotações, registramos os aniversários dos seguintes colegas, a quem enviamos **nossos melhores votos de parabéns**:

Aniversários desta semana de 26 de JUNHO a 02 de JULHO.

- 17.JUL, seg. - MANOEL ONOFRE NETO, Promotor da Criança e da Juventude.
20.JUL, qui. - MANOEL ONOFRE JUNIOR, Desembargador aposentado.
MANOEL BENÍCIO SOBRINHO, advogado e professor da UFRN.
22.JUL, sáb. - ALEXANDRE PINTO, advogado e ex-Cons. Federal da OAB/RN.
ALEXANDRE MACEDO, advogado e publicitário.
23.JUL, dom. - ANDREA GERSOSIMO MUSSATO, advogada e professora da UFRN.

→ **A todos os aniversariantes as nossas preces por suas felicidades e que o Senhor possa lhes iluminar todos os caminhos neste e nos novos anos de vida.**

→ Lembre-se que continuamos aguardando a informação de outras comemorações.

AGRADECIMENTOS

POR HOJE É SÓ!

Agradeço a vocês a paciência e a leitura.

E, por favor, nunca se esqueça:

→ → → **A OAB É VOCÊ!** ← ← ←

Por isso, COMPAREÇA! PARTICIPE!

→ → → **A OAB CONTA COM VOCÊ!** ← ← ←

Saudações advocatícias e democráticas,

ADILSON GURGEL DE CASTRO

Presidente da OAB/RN – Fone: 84-4008-9410

agcastro@digj.com.br

PS → Críticas. Sugestões. Notícias. É só passar uma mensagem para o endereço acima.

CADERNO 2

CONGRESSOS, SEMINÁRIOS, EVENTOS, CONCURSOS JURÍDICOS E NOTÍCIAS DE INTERESSE DOS COLEGAS ADVOGADOS

Esta parte do jornal é dedicada a transmitir aos colegas as informações sobre Congressos, Seminários, Palestras, Eventos e Concursos Jurídicos de interesse da classe.

EVENTOS PROMOVIDOS ou APOIADOS PELA OAB/RN

Curso sobre AS REFORMAS DO PROCESSO CIVIL.

Ministrante: Prof. FRANCISCO BARROS DIAS, M.Sc. e Juiz Federal.
Realização: Lato Sensu – Escola Jurídica e OAB/RN.
Data: 17 a 20 de julho de 2006.

Local: Auditório da OAB/RN.
Informações: 4008-9419 ou 4008-9400.

DIA DO ADVOGADO: ATO ECUMÊNICO E SOLENIDADE COMEMORATIVA.

Data: **11 de agosto de 2006.**
Local: OAB/RN.
Promoção: OAB/RN e CAARN.

XI CARREIRA JURÍDICA.

Data: **13 de agosto de 2006.**
Local: Anel viário do Campus da UFRN, em Natal.
Promoção: OAB/RN e CAARN.
Inscrições: OAB/RN e CAARN (a partir da segunda quinzena de JULHO)

XVI ENCONTRO DOS ADVOGADOS DO RN

Tema: (A ser confirmado).
Data: **15 a 17 de agosto de 2006.**
Local: (A ser confirmado).
Promoção: Comissão de Eventos Jurídicos da OAB/RN.
Escola Superior da Advocacia.
Caixa de Assistência dos Advogados/RN.
Inscrições: OAB/RN e CAARN (a partir da segunda quinzena de JULHO).

XI BAILE DOS ADVOGADOS DO RN.

Data: **18 ou 19 de agosto de 2006.**
Local: (A ser confirmado, provavelmente no LA MOETTE).
Promoção: Comissão de Eventos Jurídicos da OAB/RN.
Caixa de Assistência dos Advogados/RN.
Reservas: OAB/RN e CAARN (a partir da segunda quinzena de JULHO).

Curso de Direito Administrativo: CONTRATOS E LICITAÇÕES.

Ministrante: Profa. RAQUEL DE CARVALHO.
Realização da: Comissão de Ensino Jurídico, da OAB/RN.
Data: **11 a 13 de Setembro de 2006 (data provável).**
Local: Auditório da OAB/RN.
Informações: 4008-9419 ou 4008-9400.



XXXII CONGRESSO NACIONAL DE PROCURADORES DE ESTADO.
Natal, 03 a 07 de setembro de 2006, no SERHS Grande Hotel – Via Costeira.
Informações: atendimento@verboeventos.com.br e asperm@digj.com.br
Fones: 3201-7429 e 3221-0371

Curso: FILOSOFIA DO DIREITO.

Ministrante: Prof. LUIZ GONZAGA.
Realização da: Comissão de Ensino Jurídico, da OAB/RN.
Data: **Setembro de 2006.**
Local: Auditório da OAB/RN.
Informações: 4008-9419 ou 4008-9400.

III SEMINÁRIO DE DIREITOS HUMANOS DA OAB/RN.

Realização da: Comissão de Direitos Humanos da OAB/RN.
Data: **Julho de 2006.**
Local: Auditório da OAB/RN.
Realização: 4008-9419 .

II SEMINÁRIO DE DIREITO À SAÚDE DO TRABALHADOR.

Realização da: Comissão de Direito à Saúde, da OAB/RN.
Data: **Julho de 2006.**
Local: Auditório da OAB/RN.
Informações: 4008-9419 .

50ª CONGRESSO DA UNIÃO INTERNACIONAL DOS ADVOGADOS:

Data: **31 de outubro a 04 de novembro de 2006.**
Local: Salvador, BA.
Promoção: UIA – Hoje presidida pelo Dr. REGINALDO OSCAR DE CASTRO.
Informações: www.uianet.org. E-mail: uiacentre@uianet.org.
No Conselho Federal, com PAOLA BARBIERI – 61-3316-9600.
Endereço da UIA: 25, rue du Jour – 75001 Paris, France.

* * * * *

CONVITE AOS COLEGAS E AOS ESTAGIÁRIOS

Queridas colegas e estagiárias.
Caros colegas e estagiários.

Fazemos aqui um convite a todos e a cada um de vocês que têm boa vontade: venham trabalhar conosco nessa luta diária em prol da melhoria da sociedade, do estado democrático de direito, da advocacia, da garantia e do respeito aos direitos fundamentais do ser humano, especialmente em prol de todos os tipos de liberdade. O nosso telefone é 4008-9400 (peça para falar com Andréa Macedo).

RELAÇÃO DAS COMISSÕES DA OAB/RN → PARTICIPE!

Acesso à Justiça	- Advogado Empregado*	- Advogados Públicos	-
Advogados Trabalhistas	- Advogado Iniciante	- Assistência Jurídica	-
Criança e Adolescente	- Defesa das Prerrogativas	- Defesa dos Contribuintes*	-
Direito à Saúde	- Direito Ambiental	- Direito da Informação	-
Direito do Consumidor	- Direitos do Idoso	- Direitos Humanos	-
Ensino Jurídico	- Estágio e Exame de Ordem	- Estudos Constitucionais	-
Eventos Esportivos	- Eventos Jurídicos	- Escola Superior de Advocacia	-
Interiorização	- Mulheres Advogadas	- Orçamento e Finanças	-
Seleção e Prerrogativas	- Sociedades de Advogados	- Vítimas de Violência	-
Pessoa Portadora de Necessidades Especiais	-	- Relações Internacionais	-
Assuntos Culturais	-	-	-